



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Nota de Informação ao Público

DEPARTAMENTO
DE RELAÇÕES
EXTERNAS

Nota de Informação ao Público (PIN) n.º 13/07 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
18 de janeiro de 2013

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D.C. 20431 EUA

Conclusão da Consulta do FMI a Portugal ao abrigo do Artigo IV, referente a 2012

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 16 de janeiro de 2013, a consulta a Portugal ao abrigo do Artigo IV.¹

Enquadramento

Desde à última consulta ao abrigo do Artigo IV, realizada no início de 2010, o governo português enfrentou pressões financeiras crescentes que resultaram numa grave crise económica e, finalmente, no pedido de apoio financeiro à União Europeia e ao FMI, em maio de 2011. O impacto da crise foi profundo, com o PIB a sofrer uma contração de quase 5 por cento no período 2011–12 e o desemprego a rondar os 16,25 por cento nos últimos meses.

A raiz da atual crise está no insucesso em se adaptar aos rigores de uma união monetária em face de um ambiente internacional mais competitivo e em rápida transformação. Em vez da materialização das promessas de crescimento sustentável para atingir os padrões de vida da UE, a união monetária facilitou a acumulação de desequilíbrios económicos e financeiros. A competitividade do setor de bens comerciáveis diminuiu, porém as reações de política pública foram, na melhor das hipóteses, ténues. As políticas orçamentais contracíclicas aplicadas durante a crise de 2008–09 conduziram a níveis elevados de défices públicos e dívidas. Os bancos perderam acesso aos mercados de financiamento por grosso em meados de 2010 e, no primeiro semestre de 2011, o governo português foi excluído dos mercados financeiros.

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, a equipa de especialistas elabora um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração. Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume as opiniões dos Administradores e este resumo é transmitido às autoridades do país. Uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos pode ser consultada no seguinte endereço:
<http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

Portugal lançou um programa económico e financeiro de grande envergadura para corrigir os desequilíbrios e recuperar a confiança dos mercados. Um programa de ajustamento orçamental com impacto concentrado no curto prazo tem como objetivo restaurar a credibilidade orçamental e, em simultâneo, impulsionar o ajustamento externo. No setor financeiro, as medidas visam manter a liquidez e capitalização da banca, bem como facilitar a desalavancagem ordenada. Também estão a ser executadas uma série de reformas estruturais importantes.

Não obstante alguns reveses, o ajustamento orçamental básico registou avanços notáveis — estimado em 6 por cento do PIB em termos primários estruturais no período 2011–12. Houve progressos significativos no ajustamento das contas externas. O défice (média móvel de 12 meses) situava-se nos 2,5 por cento do PIB em Setembro, o que representa um ajustamento de 10 pontos percentuais em relação ao ponto baixo registado no final de 2008. Verificou-se também uma descida acentuada dos *spreads* da dívida soberana em relação aos picos registados no início de 2012.

Embora as perspetivas a curto prazo continuem negativas — é de esperar uma recessão da economia em 2013 e o abrandamento do crescimento dos países parceiros — a expectativa é de retoma gradual do crescimento. Com o ajustamento orçamental a prosseguir conforme o programa das autoridades, a dívida atingiria um máximo de cerca de 122 por cento do PIB em 2013–14.

Avaliação do Conselho de Administração

Os Administradores reconheceram o mérito do extraordinário esforço de política económica empreendido pelas autoridades para reverter gradativamente os desequilíbrios acumulados e prevenir novas crises. Tomaram nota dos progressos consideráveis já registados na prossecução do ajustamento orçamental e externo e na aplicação da agenda de reformas estruturais. Também consideraram positiva a acentuada diminuição dos *spreads* da dívida soberana, que reflete os esforços em marcha para reforçar a gestão de crises a nível da zona euro e abre boas perspetivas para a estratégia das autoridades de regresso aos mercados. Não obstante, assinalaram que as perspetivas a curto prazo eram incertas, com enormes desafios económicos a vencer no médio prazo. Face a esta situação, salientaram a necessidade de prosseguir os esforços para tornar o setor de bens transacionáveis mais competitivo, impulsionar o crescimento a longo prazo e avançar na consolidação orçamental.

Os Administradores consideraram apropriados os objetivos orçamentais das autoridades, desde que a evolução económica permaneça dentro do esperado, mas sublinharam a importância de encontrar o equilíbrio correto entre a consolidação orçamental e medidas de apoio ao crescimento económico. Dada a magnitude do esforço de ajustamento que ainda precisa de ser feito, consideraram necessário um debate público sobre a melhor maneira de repartir a carga do ajustamento restante. Os Administradores observaram que, em vista dos elevados níveis atuais de tributação, haveria fortes razões para adotar como foco a redução das despesas. Louvaram os esforços em marcha de análise da despesa pública, que devem ajudar a reequilibrar a combinação de medidas de ajustamento. Referiram que, uma vez que a despesa está concentrada em gastos sensíveis, como as transferências sociais e os salários da função pública, será fundamental forjar um amplo consenso em apoio às reformas necessárias.

Mesmo admitindo que será difícil reduzir a carga fiscal total nos próximos anos, os Administradores concordaram que uma base de tributação mais alargada e o reforço da fiscalização do cumprimento das obrigações poderiam gerar o espaço necessário para a descida das taxas do imposto sobre os rendimentos. Nesse contexto, apoiaram a planeada reforma do IRC como forma de estimular o investimento e a competitividade. Também incentivaram as autoridades a dar seguimento às medidas tomadas para combater a evasão fiscal. Conquanto reconheçam os consideráveis progressos já alcançados para fazer face às debilidades no domínio da gestão financeira pública, vincaram a importância de prosseguir na rigorosa aplicação da agenda de reformas estruturais para sustentar a consolidação orçamental duradoura.

Os Administradores exaltaram o sólido historial das autoridades na preservação da estabilidade financeira, porém ressaltaram que é preciso continuar a monitorizar atentamente os riscos. Consideraram positivos os progressos obtidos na manutenção de níveis apropriados de capitalização e financiamento da banca, e vincaram a importância de melhorar as condições de crédito para facilitar a recuperação económica e garantir a desalavancagem ordenada das empresas altamente endividadas.

Os progressos realizados no tocante às reformas dos mercados de trabalho e de produtos, bem como no judiciário, são encorajadores. Os Administradores salientaram que um setor de bens transacionáveis mais competitivo é a chave para o crescimento sustentável e a redução dos altos níveis de desemprego a médio prazo; incentivaram as autoridades a prosseguir com determinação as reformas estruturais visando eliminar os entraves ao crescimento, baixar os custos de produção e comprimir as excessivas margens de lucros no setor de bens não transacionáveis.

Para além dos esforços desenvolvidos a nível interno, os Administradores destacaram a importância crítica da manutenção do apoio externo e do êxito das políticas de combate a crises na zona euro. Referiram que o apoio do Eurosistema é importante para conter a segmentação do mercado de crédito e restaurar os canais apropriados de transmissão da política monetária.

As Notas de Informação ao Público (PINs) inserem-se no esforço do FMI de promover a transparência acerca das suas opiniões e análise da evolução da economia e das políticas económicas. Mediante autorização do país (ou países) em análise, são emitidas PINs após as deliberações no Conselho de Administração, no âmbito das consultas efetuadas ao abrigo do Artigo IV aos países membros, relativamente à supervisão da evolução a nível regional, ao acompanhamento pós-programa e a avaliações *ex post* dos países membros com compromissos programáticos a mais longo prazo. As PINs também são emitidas na sequência das deliberações do Conselho sobre questões gerais de políticas, salvo decisão em contrário do Conselho de Administração em casos específicos. A versão em inglês do [relatório do corpo técnico](#) (utilize o [Adobe Acrobat Reader](#), gratuito, para abrir o ficheiro PDF) sobre as consultas de 2012 ao abrigo do Artigo IV também está disponível.

Portugal: Indicadores económicos seleccionados

(Em % do PIB, salvo indicação em contrário)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
				Est.	Proj.	Proj.
Produto Interno Bruto (variação em %)	-2,9	1,4	-1,6	-3,0	-1,0	0,8
Índice de Preços no Consumidor (variação em %)	-0,9	1,4	3,6	2,8	0,8	1,2
Taxa de desemprego (em %) 1/	9,5	10,8	12,7	15,5	16,4	15,9
Balança corrente	-10,9	-10,0	-6,5	-2,5	-1,1	-1,0
Saldo das administrações públicas	-10,2	-9,8	-4,4	-5,0	-4,5	-2,5
Dívida pública	83,1	93,3	108,1	120,0	122,2	122,3

Fontes: Autoridades e cálculos do corpo técnico do FMI.

1/ Quebra estrutural em 2011.